

RELATÓRIO - Nº 56325042/2025
COLEGIADOS-DIGEP

Processo nº 53180.010044/2025-08

Assunto: Regulamento da Remuneração de Membros Estatutários.

REGULAMENTO DA REMUNERAÇÃO DE MEMBROS ESTATUTÁRIOS DOS CORREIOS

Vigência: Abril/2025 a Março/2026.

Aprovação: Ata 4ª RECA/2024 (56270541) e Ata 14ª AGO (48767422) de 25/04/2024 - Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262) e Anexo (48808418).

Membros Estatutários: Membros da Diretoria Executiva - DIREX (Presidente e Diretores), do Conselho de Administração - CA, do Conselho Fiscal - CF, do Comitê de Auditoria - COAUD e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - COPES.

1. ORIENTAÇÕES GERAIS

1.1. Compete à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Sest/MGI, de acordo com a legislação vigente, instruir o voto da União em Assembleia Geral sobre a remuneração dos administradores, dos liquidantes, dos conselheiros e dos membros dos demais órgãos estatutários das empresas estatais federais, inclusive dos honorários mensais, dos benefícios e da remuneração variável.

1.1.1. De acordo com orientações da Sest, é vedado o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado na assembleia para os membros estatutários, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos do art. 152 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

1.1.2. Também é vedado expressamente a aplicação aos membros estatutários de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da Empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, na sua respectiva data-base.

1.1.3. Em situações em que o diretor seja também empregado da empresa estatal federal, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso (súmula nº 269 do Tribunal Superior do Trabalho [Link](#)).

1.2. Os valores individuais por rubricas e cargos e os valores globais da remuneração de membros estatutários são aprovados, anualmente, em Assembleia Geral, para cada ciclo de abril de um ano a março do ano seguinte, sendo que os valores vigente encontram-se disponíveis no *site* dos Correios: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/servidores/servidores>.

RUBRICAS AFETAS A TODOS OS MEMBROS ESTATUTÁRIOS

2. HONORÁRIO

2.1. É o salário fixo mensal pago aos membros estatutários, considerando que:

a) Aos membros estatutários são devidos honorários mensais, correspondendo a 12 parcelas fixas no ciclo da Remuneração.

b) O valor do honorário do Presidente corresponde ao incremento de 15% sobre o honorário dos Diretores.

c) Os honorários dos conselheiros do CA e CF são limitados, pela Lei 9.292/1996 ([Link](#)), a 10% da remuneração mensal média dos dirigentes, considerando os honorários e gratificação natalina.

d) Em casos de substituição temporária de Conselheiros, dentro do mês, o valor mensal será pago integralmente tanto para o membro titular quanto para o suplente devendo o excedente ser justificado quando da prestação de contas.

e) Os honorários dos membros do COAUD correspondem ao percentual de 20% da remuneração média mensal da DIREX, considerando os honorários e gratificação natalina.

f) Para o membro externo do COPEs (limitado a 1 membro) está previsto o pagamento de honorário de 5% da remuneração média dos Dirigentes, considerando os honorários e gratificação natalina.

3. INSS

3.1. É a contribuição que tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

a) Encargo regulado pelo Decreto 3.048/1999 ([Link](#)). Para os dirigentes é utilizado o percentual de 20% sobre o honorário, gratificação natalina, gratificação de férias e auxílio alimentação (valor pago em pecúnia) e para os conselheiros/membros do CA, CF, COAUD, COPEs, restrito ao honorário mensal; e

b) Inclusão do Auxílio Alimentação no cálculo do INSS, tendo em vista o pagamento em pecúnia.

RUBRICAS AFETAS APENAS AOS MEMBROS DA DIREX

4. GRATIFICAÇÃO NATALINA

4.1. O pagamento da gratificação natalina dos membros da Diretoria Executiva - DIREX corresponde a 1 honorário definido no respectivo ciclo de remuneração, sendo pago mensalmente na proporção de 1/12 avos.

5. GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

5.1. O pagamento da gratificação de férias dos membros da DIREX corresponde a 1/3 dos honorários definidos no respectivo ciclo de remuneração, sendo efetuado o pagamento mensal na proporção de 1/12 avos dessa gratificação, desvinculado do período de fruição.

5.2. A venda de férias não se aplica, uma vez que a decisão de não gozar férias, no caso dos membros da DIREX, é ato de gestão.

5.3. É vedado converter a gratificação de férias em espécie e indenização.

6. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

6.1. É o benefício que visa subsidiar as despesas com a alimentação dos membros da DIREX, por mera liberalidade da Empresa, considerando que:

a) O valor é definido conforme diretrizes da Sest e compõe a Remuneração de Membros Estatutários dos Correios aprovada em Assembleia para o respectivo ciclo, pago ao dirigente mensalmente em pecúnia.

b) No período de fruição de férias, licença gestante e licença adoção, será concedido o referido auxílio nas mesmas condições dos demais meses.

c) Não será devido o auxílio alimentação nos casos em que coexistir pagamento, pelos Correios, de verba com mesma finalidade.

d) A proposta de valor dessa rubrica não inclui o compartilhamento.

7. AUXÍLIO MORADIA

7.1. É o reembolso das despesas com aluguel ou hospedagem, exclusivamente, aos membros da Diretoria Executiva (Presidente e Diretores), que tenham se deslocado do seu local de residência ou de seu domicílio para exercício do cargo e desde que não residentes ou domiciliados, quando de sua nomeação, na mesma região metropolitana de funcionamento do Correios Sede, de forma condicionada ao atendimento dos seguintes critérios:

a) O benefício tem natureza indenizatória, na modalidade de reembolso, e será pago ao membro da Diretoria Executiva, mensalmente, mediante requerimento e comprovação de despesas do mês anterior relativas a aluguel ou hospedagem, concordante com os parâmetros dispostos para a Remuneração de Membros Estatutários dos Correios aprovada para o ciclo do requerimento;

b) O reembolso é limitado ao valor mensal individual aprovado em Assembleia para o ciclo

do requerimento;

c) Não serão ressarcidas quaisquer outras despesas, além do aluguel ou hospedagem, tais como condomínio, energia, gás, água, impostos e taxas;

d) O membro da Diretoria Executiva ou seu cônjuge ou companheiro(a) não pode ser proprietário de imóvel residencial na mesma região metropolitana do local de exercício do cargo;

e) O deslocamento não pode ter sido por força de lotação ou nomeação para cargo efetivo; e

f) O benefício não deverá ser pago caso o cônjuge ou companheiro(a) ou outra pessoa que resida com o membro da Diretoria Executiva ocupe imóvel funcional, receba auxílio-moradia ou qualquer outra verba de idêntica natureza de órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta ou dos Poderes Legislativo ou Judiciário de qualquer dos entes federativos.

8. AJUDA DE CUSTO

8.1. É o reembolso, aos membros da Diretoria Executiva (Presidente e Diretores), das despesas relativas a: transporte do dirigente e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais, com necessidade de comprovação de despesas, quando deslocado do seu local de residência ou de seu domicílio para exercício de cargo na Diretoria Executiva dos Correios. O pagamento desta rubrica considera os seguintes critérios:

a) o benefício tem natureza indenizatória, na modalidade de reembolso, e será pago ao membro da Diretoria Executiva, mediante requerimento e comprovação de despesas, concordante com os parâmetros dispostos para a Remuneração de Membros Estatutários dos Correios aprovada para o ciclo do requerimento;

b) o valor é de até 1 (um) honorário, por dirigente, que poderá ser reembolsado quando da mudança de domicílio para assumir cargo na Diretoria Executiva e/ou quando da destituição do cargo para retorno à cidade de origem, desde que não residente ou domiciliado, quando de sua nomeação, na mesma região metropolitana de funcionamento do Correios Sede;

c) o membro da Diretoria Executiva fica obrigado a restituir a ajuda de custo, quando, injustificadamente, não se apresentar no novo destino, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da nomeação ou destituição;

d) em caso de falecimento do membro da Diretoria, os familiares terão direito a solicitar a indenização das despesas com transporte da família para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano; e

e) é vedado o pagamento retroativo.

9. PLANO DE SAÚDE

9.1. É o benefício de assistência médica e hospitalar ofertado aos membros da Diretoria Executiva, com base nas seguintes regras:

a) **Dirigentes Empregados:** serão mantidos como beneficiários do plano de saúde vigente nos Correios, caso já o sejam.

b) **Dirigentes não Empregados:** será concedido o auxílio na modalidade de reembolso, desde que as seguintes regras sejam satisfeitas:

I - O dirigente que fizer jus ao recebimento do benefício de auxílio saúde na forma de reembolso, terá que comprovar, periodicamente, a contratação do plano de saúde ou seguro saúde e o efetivo pagamento à administradora; e

II - A limitação da inscrição, como beneficiários dependentes, é restrita a:

- cônjuge ou companheiro(a) de união estável, inclusive os do mesmo sexo;
- filhos, incluídos os adotivos, ou enteados solteiros menores de vinte e um anos de idade;
- filhos, incluídos os adotivos, ou enteados solteiros a partir de vinte e um anos de idade e menores de vinte e quatro anos de idade, cursando o 3º grau ou equivalente;
- filhos ou enteados solteiros maiores de vinte e um anos incapacitados permanentemente para o trabalho; e
- os menores sob tutela ou curatela.

c) O reembolso do Plano de Saúde aos dirigentes será limitado ao menor valor entre:

I - o montante efetivamente pago pelo plano de saúde ou do seguro saúde; ou

II - o limite autorizado pela Assembleia de Acionistas.

10. QUARENTENA

10.1. É o pagamento de remuneração compensatória aos ex-membros da Diretoria Executiva, equivalente a até 6 (seis) meses de honorários do cargo que exerceu, quando houver a configuração de conflito de interesses após o término do exercício do cargo, considerando que:

a) Cabe a Comissão de Ética Pública – CEP/PR autorizar expressamente o pagamento da quarentena;

b) A consulta deve ser formulada diretamente pelo dirigente à CEP/PR; e

c) A configuração do conflito de interesse baseia-se na Lei de Conflito de Interesses - Lei 12.813/2013 ([Link](#)), na Resolução CGPAR 39/2022 ([Link](#)) e no Estatuto Social dos Correios ([Link](#)).

11. FGTS

11.1. É a contribuição com o objetivo de proteger o membro estatutário, mediante a abertura de uma conta vinculada ao exercício do cargo.

11.1.1. Apesar de os Membros Estatutários não prestarem serviço a empregador, o artigo 16 da Lei 8.036/1990 ([Link](#)) prevê a equiparação do diretor não empregado aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS, razão pela qual, por isonomia, essa condição segue estendida para todos os membros da Diretoria Executiva com previsão dessa rubrica nos encargos da Empresa.

11.1.2. Para fins de definição dos valores mensais, considera-se o percentual de 8% sobre o honorário, gratificação natalina, gratificação de férias e auxílio alimentação do dirigente (tendo em vista o pagamento em pecúnia).

RUBRICAS AFETAS APENAS AOS MEMBROS DA DIREX, CA E CF

12. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

12.1. É o Regime de Previdência Complementar – RPC que tem por finalidade proporcionar uma proteção previdenciária adicional àquela oferecida pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS ou pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, considerando que:

a) É regulada pela Lei Complementar 109/2001 ([Link](#)) e é um benefício opcional aos membros estatutários que aderirem ao Postalís;

b) O valor global estimado de despesa, é de 12 parcelas iguais e mensais, tendo por base de cálculo para membros da Diretoria Executiva: 13,38% sobre o honorário, gratificação de férias e gratificação natalina e para membros do CA e CF: 13,38% sobre o honorário. O percentual aplicado considera a seguinte composição: 12% (4% da parcela "P" + 8% da parcela "K") relativa à contribuição máxima, acrescida de 1,38% a título de contribuição específica prevista para possível afastamento, conforme Art. 26º do Regulamento PostalPrev. ([Link](#)); e

c) Conforme artigo 16 da Lei Complementar 109/2001 ([Link](#)), não há previsão de previdência complementar para membros de comitês, logo, não haverá pagamento da referida rubrica para os membros do Comitê de Auditoria - COAUD e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - COPES.

PRINCIPAIS FUNDAMENTAÇÕES

ITEM	ORIENTAÇÃO DESTACADA	DOCUMENTO/LEGISLAÇÃO
------	----------------------	----------------------

Honorários dos Conselheiros	<p>Os honorários dos conselheiros são dispostos na Lei 9.292/1996 (Link), em que é limitado a 10% da remuneração mensal média dos dirigentes. A base de cálculo, ora mantida, nesse particular, incluiu honorários e gratificação natalina, conforme remuneração aprovada para o ciclo 2023/2024, de acordo com a transcrição a seguir da Nota Técnica 10084/2023/MGI (47215553):</p> <p>13. Dessa forma, esta Secretaria, no âmbito de suas atribuições, manifesta-se pela fixação da remuneração dos membros estatutários da ECT, nos seguintes termos:</p> <p>(...)</p> <p>c) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em <u>um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios</u>; g.n.</p> <p>Para o ciclo 2024/2025 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262), como segue:</p> <p>25. (...) A remuneração dos conselheiros de administração e fiscais observará o limite de 10% da remuneração mensal média da Diretoria Executiva (art. 1º da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996).</p>	<p>- Lei 9.292/1996 (Link)</p> <p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p>
Substituição temporária de conselheiros	<p>"44. Em relação ao Conselho Fiscal, verifica-se que a empresa prevê pagamento de honorário para um membro suplente. Ressalta-se que <u>não há necessidade de constar previsão de despesas com substituições temporárias dos conselheiros, e, em ocorrendo eventuais substituições, a companhia poderá efetuar o desembolso, registrando o excesso da rubrica, com a devida justificação do fato. (...)</u>" g.n.</p>	<p>- Nota Técnica SEI nº 24291/2020/ME (48803262)</p> <p>- Ofício conjunto 29503327/2022</p> <p>- GERB-DEGEP (47492728)</p> <p>- Parecer PGFN/CAS/Nº 97/2023 (47492842)</p>
Honorário membros Comitê de Auditoria - COAUD	<p>Para o ciclo 2024/2025 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262), como segue:</p> <p>30. Em relação ao Comitê de Auditoria, o valor de remuneração aprovado pela Sest/MGI para o período de abril/23 a março/24 para todos os membros equivalia a 20% dos honorários fixos médios dos diretores, incluída a gratificação natalina. Neste contexto, dado que a proposta da empresa é de manutenção desse percentual, a Sest/MGI orienta o voto da União no sentido de autorizar a remuneração dos membros do comitê em 20% da média dos honorários dos diretores, considerada a gratificação natalina em sua base de cálculo, totalizando R\$ 10.254,60.</p> <p>Destaca-se ainda o teor da Nota Técnica nº 14171/2022/ME:</p> <p>14. Além disso, a empresa propõe <u>fixar o honorário mensal dos membros do Comitê de Auditoria em 20% da remuneração mensal média da Diretoria Executiva</u>, em consonância aos limites do §8º, artigo 38º, do Decreto 8945/2016. <u>Esta Secretaria manifesta-se favoravelmente à proposta, considerando que o valor proposto está condizente com o praticado por empresas estatais federais de porte semelhante.</u></p>	<p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p> <p>- Nota Técnica nº 14171/2022/ME (38938816)</p>

Honorário membro externo do COPES	<p>A partir do ciclo 2024/2025 foi aprovada a inclusão de honorário para 1 membro externo do COPES, com base no Decreto 11.048 de 18/04/2022, que alterou o Decreto 8.945 de 27/12/2016, para prever a possibilidade do COPES ter em sua composição membros externos remunerados. O valor do honorário referenciado é calculado com base em 5% da remuneração média da diretoria executiva, incluída a gratificação natalina, conforme manifestação da Sest por meio da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262), a saber:</p> <p>32. Acerca da inclusão de previsão de remuneração de um membro externo do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, dado que o estatuto social da empresa, em seu art. 102, autoriza membros externos remunerados no referido comitê, esta Sest/MGI aprova a proposta da empresa, estabelecendo em R\$ 2.563,65, equivalente a 5% da remuneração média da diretoria executiva, incluída a gratificação natalina. Em relação a esta rubrica, a Sest/MGI incluiu na base de cálculo a gratificação natalina, com vistas a alinhar a fórmula de cálculo deste comitê em relação aos demais.</p>	<p>- Decreto 11.048/2022 (Link)</p> <p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p>
Gratificação Natalina	<p>Acórdão 374/2018 do TCU (Link)</p> <p>"9.2 dar ciência à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais sobre os seguintes entendimentos deste Tribunal relativos à remuneração de dirigentes de empresas estatais:</p> <p>9.2.1. o eventual pagamento da gratificação natalina a dirigentes de empresas estatais federais dependentes ou não de recursos do Orçamento-Geral da União:</p> <p>9.2.1.1. deve ser aprovado, como parte da remuneração anual, pela unidade à qual couber essa competência de acordo com as normas vigentes à época;</p> <p>9.2.1.2. deve observar os princípios da economicidade, da eficiência e da indisponibilidade do interesse público e as práticas de mercado;</p> <p>9.2.1.3. não pode ensejar qualquer forma de pagamento em duplicidade com relação a parcelas incluídas na retribuição mensal ou outras formas de gratificação;"</p> <p>9.4. tornar insubsistente o subitem 9.3 do Acórdão 2600/2016-TCU-Plenário;</p> <p>9.5. determinar à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais que passe a acompanhar o processo de fixação dos honorários dos dirigentes das empresas estatais federais e verificar os respectivos pagamentos a fim de detectar a eventual ocorrência de irregularidades;</p> <p>(...)"</p>	<p>- Acórdão 374/2018 do TCU (Link)</p> <p>- Circular 111 de 2018_MP (39066191) Ofício</p>
Gratificação de Férias	<p>Para a referida gratificação tem-se o pagamento com fulcro no MANPES e no Estatuto Social dos Correios (Link):</p> <p>MANPES Módulo 1, Capítulo 01: Gratificação de Férias - 1/3 Constitucional: É valor pago ao empregado, ao dirigente e ao cedido, correspondente a 1/3 adicional à remuneração, por ocasião das férias.</p> <p>Estatuto Social: Art. 58. Os membros da Diretoria-Executiva farão jus, anualmente, a 30 dias de licença remunerada, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.</p>	<p>- MANPES, Módulo 1, Capítulo 1</p> <p>- Estatuto Social dos Correios (Link), Artigo 58.</p>

INSS	<p>Decreto 3.048/1999 (Link)</p> <p>Art. 9º São segurados obrigatórios da previdência social as seguintes pessoas físicas:</p> <p>(...)</p> <p>V - como contribuinte individual: (Redação dada pelo Decreto nº 3.265, de 1999)</p> <p>(...)</p> <p>e) desde que receba remuneração decorrente de trabalho na empresa: (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020).</p> <p>2. o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima; (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020).</p>	- Decreto 3.048/1999 (Link)
FGTS	<p>Lei 8.036/1990 (Link)</p> <p>Art. 16. Para efeito desta lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.</p>	- Lei 8.036/1990 (Link)
Auxílio Alimentação	<p>Para o ciclo 2024/2025 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262), como segue:</p> <p>27. Acerca do benefício auxílio-alimentação, a diretriz desta Secretaria foi permitir a revisão dos valores dos benefícios, em caso de distorções em relação àqueles pagos aos empregados da empresa estatal federal. Em análise da perda inflacionária do valor da rubrica, por meio da calculadora digital do IPCA do IBGE (https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php), desde sua última atualização autorizada 2015, define-se o reajuste de 48,15% para o auxílio alimentação dos diretores, perfazendo o valor mensal de R\$ 1.036,09.</p>	- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)

Auxílio Moradia	<p>Destaca-se que os critérios para pagamento do Auxílio Moradia estão alinhados às orientações da Sest por meio da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262), conforme segue:</p> <p>"28. Quanto ao auxílio-moradia, (...) Registra-se que para a efetivação do pagamento do benefício, a empresa deve possuir regramento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, que preveja, no mínimo, os termos listados no Ofício n.º 305/2023/MGI, de 10 de abril de 2023 (32995382), a saber:</p> <p>a) o benefício seja deferido exclusivamente a membro da Diretoria-Executiva que tenha se deslocado do seu local de residência ou de seu domicílio para exercício do cargo;</p> <p>b) o local de residência ou domicílio, quando de sua nomeação, não se situe dentro da mesma região metropolitana do local de exercício do cargo;</p> <p>c) o membro da Diretoria-Executiva, cônjuge ou companheiro(a) não seja proprietário de imóvel residencial na mesma região metropolitana do local de exercício do cargo;</p> <p>d) o deslocamento não tenha sido por força de lotação ou nomeação para cargo efetivo;</p> <p>e) o benefício não deverá ser pago caso o cônjuge ou companheiro(a) ou outra pessoa que resida com o membro da Diretoria-Executiva ocupe imóvel funcional, receba auxílio-moradia ou qualquer outra verba de idêntica natureza de órgão ou entidade da Administração Direta, ou Indireta ou dos Poderes Legislativo, ou Judiciário de qualquer dos entes federativos;</p> <p>f) o benefício terá natureza indenizatória, na modalidade de reembolso, no valor comprovadamente gasto no mês anterior com aluguel ou hospedagem, até o limite aprovado."</p> <p>37. Em complemento à orientação de voto contida acima, a Sest/MGI reitera orientações quanto ao tema da remuneração global, fixa e variável, dos membros estatutários das empresas estatais federais, em linha com a prática adotada em assembleias gerais anteriores:</p> <p>(...)</p> <p>g) o pagamento da rubrica auxílio moradia está condicionado à observância das leis orçamentárias e à implementação de regulamento interno, aprovado pelo Conselho de Administração; e</p>	<p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p> <p>- Ofício n.º 305/2023/MGI, de 10 de abril de 2023 (32995382)</p> <p>- Ofício Circular 187/2024_MGI (47281305)</p>
Ajuda de Custo	<p>Criação da rubrica a partir do ciclo abr/2024 a mar/2025, conforme item 29 da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262) a seguir transcrito:</p> <p>29. A Sest/MGI autoriza a implantação de ajuda de custo para despesas de mudança de domicílio, por se tratar de benefício autorizado a outras empresas estatais de porte semelhante, para o período de abril de 2024 a março de 2025. O valor do benefício, contudo, deve ser equivalente a 1 (um) honorário fixo, por dirigente, em linha com o padrão adotado pelas empresas estatais federais.</p> <p>Recomenda-se que a ECT - caso ainda não o tenha feito - prepare normativo interno a respeito das condições aplicáveis ao recebimento de tal benefício, o qual sugere-se deve conter, em decorrência de boas práticas aplicáveis ao tema, a vedação ao pagamento retroativo.</p>	<p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p>

Plano de Saúde	<p>Para o ciclo 2024/2025 foi aprovado o mesmo valor do ciclo 2023/2024 sem reajuste, para 7 (sete) posições de dirigente, conforme parágrafo 26 da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262), a saber:</p> <p>"26. Sobre o plano de saúde, dado que não houve proposta de reajuste, esta Sest/MGI autoriza o valor de R\$ 749,10 para o benefício, idêntico ao autorizado no exercício anterior."</p>	<p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p>
Quarentena	<p><u>Lei 12.813/2013 (Link)</u></p> <p>Art. 2º Submetem-se ao regime desta Lei os ocupantes dos seguintes cargos e empregos:</p> <p>(...)</p> <p>III - de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista; e</p> <p>(...)</p> <p>Art. 8º Sem prejuízo de suas competências institucionais, compete à Comissão de Ética Pública, instituída no âmbito do Poder Executivo federal, e à Controladoria-Geral da União, conforme o caso:</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo único. A Comissão de Ética Pública atuará nos casos que envolvam os agentes públicos mencionados nos incisos I a IV do art. 2º e a Controladoria-Geral da União, nos casos que envolvam os demais agentes, observado o disposto em regulamento.</p> <p>Para o ciclo 2024/2025 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262), como segue:</p> <p>37. Em complemento à orientação de voto contida acima, a Sest/MGI reitera orientações quanto ao tema da remuneração global, fixa e variável, dos membros estatutários das empresas estatais federais, em linha com a prática adotada em assembleias gerais anteriores:</p> <p>(...)</p> <p>f) o pagamento da rubrica quarentena está condicionado à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente;</p>	<p>- Lei de Conflito de Interesses - Lei 12.813/2013 (Link)</p> <p>- Resolução CGPAR 39/2022 (Link)</p> <p>- Estatuto Social dos Correios (Link)</p> <p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p>

Previdência Complementar	<p>Para o ciclo 2024/2025 a Sest manifestou-se por meio da Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262), como segue:</p> <p>31. Considerando que, conforme informações fornecidas pela empresa via Sistema de Informações de Estatais - Siest, há plano de previdência complementar patrocinado pela ECT, aberto a novas adesões e administrado por entidade fechada de previdência complementar, a Sest/MGI aprova a manutenção da oferta desse benefício aos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal.</p> <p>(...)</p> <p>37. Em complemento à orientação de voto contida acima, a Sest/MGI reitera orientações quanto ao tema da remuneração global, fixa e variável, dos membros estatutários das empresas estatais federais, em linha com a prática adotada em assembleias gerais anteriores:</p> <p>(...)</p> <p>h) o efetivo pagamento do benefício da previdência complementar está condicionado à observância do disposto no §3º do art. 202 da Constituição e no art. 16 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que vedam a oferta do benefício a grupo exclusivo de empregados e equiparados legalmente e o aporte de recursos a entidade de previdência privada, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.</p> <p>Lei Complementar 109/2001 (Link)</p> <p>Art. 16. <u>Os planos de benefícios devem ser, obrigatoriamente, oferecidos a todos os empregados dos patrocinadores ou associados dos instituidores.</u></p> <p>§ 1º <u>Para os efeitos desta Lei Complementar, são equiparáveis aos empregados e associados a que se refere o caput os gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo e outros dirigentes de patrocinadores e instituidores.</u></p> <p>§ 2º É facultativa a adesão aos planos a que se refere o caput deste artigo.</p> <p>§ 3º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos planos em extinção, assim considerados aqueles aos quais o acesso de novos participantes esteja vedado. <i>G.n.</i></p>	<p>- Nota Técnica SEI nº 14444/2024/MGI (48803262)</p> <p>- Lei Complementar 109/2001 (Link)</p> <p>- Regulamento PostalPrev. (Link) - art. 26</p>
--------------------------	---	--

Plano de Saúde	<p>Conforme Nota Técnica SEI nº 14/2019/CGGOV/SEST/SEST/SEDD - ME (38611977) e Anexo Nota Técnica (47145877), que o plano de saúde passou a ser pago da seguinte forma:</p> <p>Dirigentes Empregados: serão mantidos como beneficiários do plano saúde vigente nos Correios, caso já o sejam.</p> <p>Dirigentes não Empregados: Será concedido o auxílio na modalidade de reembolso, desde que as seguintes regras sejam satisfeitas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O dirigente que fizer jus ao recebimento do benefício de auxílio saúde na forma de reembolso, terá que comprovar, periodicamente, a contratação do plano de saúde ou seguro saúde e o efetivo pagamento à administradora; e • A limitação da inscrição, como beneficiários dependentes, é restrita a: <ul style="list-style-type: none"> ◦ cônjuge ou companheiro(a) de união estável, inclusive os do mesmo sexo; ◦ filhos, incluídos os adotivos, ou enteados solteiros menores de vinte e um anos de idade; ◦ filhos, incluídos os adotivos, ou enteados solteiros a partir de vinte e um anos de idade e menores de vinte e quatro anos de idade, cursando o 3º grau ou equivalente; ◦ filhos ou enteados solteiros maiores de vinte e um anos incapacitados permanentemente para o trabalho; e ◦ os menores sob tutela ou curatela. ◦ O reembolso do Plano de Saúde aos dirigentes será limitado ao menor valor entre: i) o montante efetivamente pago pelo plano de saúde ou do seguro saúde; ou ii) o limite autorizado pela Assembleia de Acionistas. 	<p>- Nota Técnica SEI nº 14/2019/CGGOV/SEST/SEST/SEDD - ME (38611977) e Anexo Nota Técnica (47145877)</p>
----------------	--	---



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Mendonca de Oliveira do Vale, Gerente Corporativo**, em 11/03/2025, às 20:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Sorilene Cavalcanti, Analista X**, em 12/03/2025, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56325042** e o código CRC **B23A66A0**.